EVAN CALDER WILLIAMS

CARTA ABERTA AOS QUE CONDENAM AS PILHAGENS

Titulo original: An open letter to those who condemn looting
Tradução: Miguel Cardoso
Edições Antipáticas - 2011 - Radioleonor@gmail.com

CARTA ABERTA A TODOS OS QUE CONDENAM OS MOTINS

Caros todos,

Temo que nada tenhamos a dizer uns aos outros.

O que se segue pode por isso constituir uma das metades de um diálogo, da mesma forma que berrar em frente a uma jukebox feita de gelo o seria. É concebível que o próprio esforço de falar – uma certa quantidade de ar quente – amoleça um pouco a superfície, mas não deixa por esse facto de ser uma discussão unilateral. E não implica, igualmente, que vocês possam ou cheguem de facto a interromper a repetição dos discos que vos foram dados para tocar, essas vossas frases e evasões em circuito fechado e contínuo.

Afinal de contas, já ouvimos o que têm para nos dizer. Também nós conhecemos as letras de cor. Na melhor das hipóteses, achamo-las profundamente duvidosas e, na pior, uma papa biliosa, racista, banal e assassina, imprópria para as nossas bocas e ouvidos. E não é que haja por aí muita coisa melhorzinha, nos dias que correm.

Presumo que dirão o mesmo da nossa posição, embora usando diferentes adjectivos. Pueril, destrutiva, irrazoável, e ingénua são os primeiros que me ocorrem, isto se o vosso historial de acusações servir de indicador. Infelizmente, dada a estrutura dos media e dos fluxos de informação, não podemos deixar de ouvir o que vocês dizem, ao passo que vocês podem muito bem continuar a ignorar aquilo que nós fazemos. Pelo menos até que uma data de pessoas comece a incendiar a vossa cidade, altura em que porventura, num lapso de fraqueza, se dignem a ouvir aqueles que têm umas ideias sobre o assunto. Não que isso seja muito provável. Vivemos em tempos ruidosos.

É pena, porque na verdade até concordamos numa série de pontos. Isto porque vocês classificam estes motins, e estas pilhagens, como oportunistas. Como algo de irrazoável e estúpido. Que "isto não é um protesto, é um motim". Que "não são políticos". Que estamos perante "indivíduos que usam a desculpa do que aconteceu nas primeiras duas noites para garantir que a terceira seja ainda pior." Que isto é "o caos". Que isto é "criminalidade pura e simples". Que eles "não têm o direito" de fazer isto. Que "benefício algum, a longo prazo" poderá resultar do acto de "pilhar uma loja de bairro", "incendiar um autocarro" ou "gamar um telemóvel". Acima de tudo, como vocês, Ministros da Administração Interna, gostam de colocar a questão: "Não há justificação possível para a violência. Não há qualquer justificação para a pilhagem."

E nós concordamos.

Existem entre nós alguns pontos de divergência, é certo. Nós não vemos

"esta gente" como "símios", "ratazanas", ou "cães". Mas acreditamos que vocês os vêm assim mesmo e que as razões da vossa crença não são os acontecimentos recentes: estes são apenas uma confirmação daquilo que vocês sempre pensaram acerca dos que são definitivamente mais pobres e frequentemente mais escuros do que vocês. Quanto ao argumento de que o erro consistiu em não "termos ajudado a polícia a aproximar-se mais e mais cedo da família de Mark Duggan", parece-me que já ajudaram a a polícia a chegar-se perto o suficiente da família dele e da pior maneira possível. Não se pode verdadeiramente dizer que é no atraso da abordagem da Polícia à família que reside o problema, não vos parece? Não será antes o facto de ele não ter disparado sobre os polícias que o assassinaram?

Por último, estamos em desacordo quanto à ideia de que "aquilo a que assistimos não tem absolutamente nada a ver" com esse homicídio a tiro. E aqui reside a diferença essencial, a pequena brecha entre nós. Uma brecha que se abre num vasto fosso, uma divisão que não pode ser colmatada.

Porque nós queremos entender o mundo na sua particularidade histórica, como e porque é que ele veio a ser aquilo que é, e as razões pelas quais isso é insuportável. Vocês, contudo, querem simplesmente assegurar que ele perdura por tanto tempo quanto possível. Independentemente da sua qualidade, independentemente das consequências, independentemente de tudo à excepção da vossa capacidade colectiva de declarar que o mundo é um sítio horrendo, sim senhor, mas ao menos mantemos a nossa decência. Ao menos estamos instalados suficientemente alto para podermos contemplar os campos de extermínio. Ao menos chegámos cá por meios legais. E como é que eles se atrevem? Como é que eles se atrevem?

Mas apesar disto, muito do que vocês disseram está inteiramente certo. Comecemos então por aquilo em que concordamos.

1. Isto não é político

"Político" aqui parece querer dizer "aquilo que tem a natureza da política" ou "aquilo que diz respeito a um conjunto de preocupações e questões abrangidas pela actividade e categoria designada por Política" Julgo que isto é suficientemente claro.

E o que significa ao certo a política, não em geral e sempre, mas quando falamos dela agora?

A política é a gestão do social (i.e. aquele reino confuso que reconhece que não há uma pessoa mas muitas) e das suas contradições. Fá-lo através da representação institucional de diversos graus de envolvimento, que vai desde a fantasia da democracia directa, olhos nos olhos, até às eleições de Presidentes por milhões de pessoas. A política corre de mão dada com a economia, que também influencia e determina a esfera da existência social, ao mesmo tempo que nela

assenta. A ordem económica que temos – a reprodução do capital – dita um conjunto de relações sociais entre as pessoas e o seu mundo e entende essas pessoas, o seu tempo e os seus esforços, enquanto um recurso que é preciso gerir, extrair, cuidar e circular. A economia gere recursos através de um conjunto de relações dependentes da abstracção material que é o valor. A política gere sujeitos e as suas necessidades através de um conjunto de representações dependentes da abstracção material que é a cidadania. Não podemos pensar na política sem a economia, e vice-versa, ainda que haja períodos em que uma parece mais determinante, tanto em primeira como em última instância, do que a outra.

Dadas as políticas que vocês levam a cabo, é difícil imaginar que discordem disto, embora seja provável que a linguagem vos desagrade.

Posto isto, e para que se consiga entender alguma coisa acerca desta era em que vivemos, é necessário perceber a dificuldade rapidamente crescente que tanto a política como a economia enfrentam na tentativa de governar, gerir, ou estruturar o facto de haver massas, o facto de haver social. Esta história revela-se de forma particularmente nítida em duas frentes.

Em primeiro lugar, na total incapacidade de providenciar empregos adequados a um número adequado de pessoas, de tal modo que as hostes daqueles que não podem ter emprego vai crescendo. Este é um facto estrutural da forma como o capitalismo se desenvolve. Não se trata de um acidente, nem é fruto de má gestão, embora haja inaptos para dar e vender nas cadeiras da administração. Não é tão-pouco culpa de uma política de imigração "suave", como se as taxas de crescimento tivessem de algum modo aguentado o colapso geral das margens de lucro no sector produtivo ao longo de quase quarenta anos, caso a Grã-Bretanha se tivesse mantido branca e o pós-colonialismo significasse que os habitantes das ex-colónias se deixariam lá ficar quando Império decidiu que eram demasiado difíceis de gerir.

Em segundo lugar, a lenta sangria do cadáver do Estado Providência, e, com uma ferocidade e rapidez sem precedentes, o seu estripamento recente através de ataques a programas sociais, à habitação e às pensões de reforma. De tal modo que as hostes daqueles que têm emprego mas não são ricos, bem como daqueles que estão de facto desempregados, são cada vez mais afastadas, ao empurrão, dos meios de reproduzirem adequadamente as suas vidas, bem como as das suas famílias e amigos. Esta incapacidade é acompanhada pela face nova e torpe de um facto antigo: quando os pobres ficam mais pobres, as suas necessidades – e desejos, essa coisa que as classes médias e altas tanto gostam de menosprezar, como se querer algo que não temos dinheiro para comprar significasse que somos tontinhos – não têm a gentileza e boa educação de desaparecer. Tornam-se, pelo contrário, mais desesperadas, as zonas da cidade divididas de forma mais vincada e a polícia torna-se mais bruta.

Estes são os eixos principais em torno dos quais giramos e que estão

suspensos, funestamente, por cima das cabeças das massas. Em suma, as condições em que assentam a política e a economia – mais propriamente, a cidadania e o valor – e que criam o pressuposto de que ambas são naturais e perenes, estão em vias de ruir, para vosso terror e estremecimento, inteiramente justificados.

Dizer, portanto, que estes motins e pilhagens "não são políticos" é de facto discernir algo de essencial. É, nomeadamente, perceber que a política tal como foi entendida até hoje se revelou, ao longo de muitos anos e agora de forma mais clara do que nunca, profundamente inadequada no que toca a responder às preocupações e necessidades daqueles que, desde logo, mal se conseguem abrigar à sua sombra.

Lamentar este facto é meramente insistir, como vocês aliás fazem, que "esta gente" devia regressar às suas partes da cidade e usar os trâmites oficiais para fazer ouvir as suas queixas, usar as vias que são reconhecidas como sendo políticas, que se vê logo que são políticas (nas quais se incluem as manifestações pacíficas que sabem quando é altura de voltar para casa!). Que deviam regressar para procurar um abrigo impossível, sob uma relação que serve apenas de linha de demarcação para os colocar do lado de fora. Regressar a não serem considerados enquanto sujeitos políticos viáveis. Como tal, é apenas quando eles agem "não politicamente" (saltando por cima da mediação da cidadania e da representação para aparecerem em cena) que o termo emerge, enquanto definição negativa. Mas vocês nunca os entenderam "politicamente". Olham para outro lado e esperam que eles façam o mesmo.

Mas os tempos em que vivemos estão sob o signo de Jano, o deus de duas caras, ainda que estas estejam agora ocupadas a arrancar as metades da sua cabeça retalhada para que possam cuspir uma na outra.

Os motins são a outra face da democracia, quando democracia quer dizer a capacidade e a legitimidade de aprovar medidas que ferem directamente a população que supostamente representam.

A pilhagem é a outra face do crédito, quando crédito implica o esbracejar desesperado de Estados e instituições na tentativa de manterem uma linha de financiamento, cagando de alto para os custos que isso poderá trazer para aqueles que possam precisar desse crédito.

(É seguramente uma coincidência que nestes dias tenhamos assistido, simultaneamente, aos motins, à descida da notação do crédito dos Estados Unidos, e à turbulência nos mercados financeiros. Mas a coincidência não é, em todo o caso, fortuita. Os motins e a pilhagem são tão antigos como a extracção económica e a gestão política das populações. Numa altura em que tal extracção e tal gestão começam a dar sinais de avaria, e em que o próprio trabalho é arrancado à força, não seria de esperar que bloquear e arrancar à força emergissem e vos dessem a ver a sua outra face?)

E quanto ao "caos" que está a ser gerado? Um dos primeiros significados deste termo não era a destruição propriamente dita (a coisa destruída) mas o grito que era sinal e intimação para que o saque começasse. Vocês gritam caos.

Caos é a outra face da classe, sendo que ela própria significava – e significa – uma divisão das pessoas em classes com o duplo propósito de extrair riqueza (impostos) e de apelar às armas. O caos é mantido à distância pela classe e ameaça sobrepor-se a ela, é a viragem anárquica na direcção do roubo e da devastação que ilumina, negativamente, essa outra relação que é o roubo legal e a destruição autorizada de vidas e recursos.

O caos é o conteúdo criminal elementar da classe. Surpreende-vos que seja difícil contê-lo?

Não nos digam que o facto de ser difícil mantê-la na linha os surpreende?

2. Isto não é justo

Esta é uma réplica comum e, uma vez mais, é inteiramente verdade. Atrelada a ela vem um reconhecimento inteiramente justo dos estragos em curso e do trauma que estes acarretam, que se traduz acima de tudo em perda de propriedade para muitos que claramente não são sequer remotamente ricos, aqueles que também se vêm à rasca para se desenrascarem, que vão construindo uma vida humilde ao longo de longos anos.

E para aqueles que nos perguntariam, com o intuito de nos pôr no nosso lugar: pois, mas e se fosse a vossa casa? O vosso carro? A vossa loja? Dizemos: Ficaríamos furiosos. Ficaríamos desolados. Como não?

Porque a questão aqui nada tem a ver com "legitimar" a violência ou negar o choque e o terror sofrido por aqueles que foram apanhados pelo fogo cruzado. Trata-se antes do facto de, tal como os próprios padrões do político colapsam no que toca à sua capacidade básica de capturar e expressar adequadamente as contradições de uma massa gigantesca de vidas, o mesmo se aplicar aos seus padrões conceptuais básicos.

Acima de tudo, a própria noção de compromisso, fundamental para bloquear as tentativas reais de intervir em situações catastróficas. A própria ideia de uma análise de custo/benefício. E, unidas como estão pela anca aos conceitos económicos, as noções de equivalência e igualdade, que poderiam servir para encontrar um equilíbrio entre, de um lado da balança, o sofrimento e raiva do adolescente desesperadamente pobre que o país espezinha, caricaturando-o, abominando-o e criminalizando-o e, do outro lado, o pobre lojista cujo estabelecimento foi pilhado, cuja capacidade de fazer face às suas despesas já foi empurrada até aos limites pela contínua subida das rendas, à medida que os seus bairros se vão aburguesando, e pela recessão económica.

Para nós, pensar genuinamente para lá do impasse desastroso da política é rejeitar essas formas de avaliação e pesagem. Repudiar a justeza. E, ao invés, dizer:

É brutal que as pessoas estejam de tal modo arredadas do acesso aos bens básicos que tenham de vender drogas e sejam consequentemente presas o resto da vida por o fazerem.

É brutal que uma família veja a sua casa arder por causa de um motim.

É brutal que a polícia tenha disparado primeiro.

É brutal que as pessoas tenham que defender as suas lojas com bastões de baseball, com medo de as perderem.

É brutal que as pessoas tenham que passar uma vida a trabalhar nessas lojas, com medo de as perderem.

Nenhuma destas proposições é mutuamente exclusiva. São verdadeiras, todas elas. Mas é precisamente essa noção de restringir a dissidência e a luta à "política" que conduz à operação de as arrumar quer de um lado quer do outro, de modo a que se equilibrem e sirvam de contrapeso.

São incomensuráveis. São, para além disso, consequência do mesmo conjunto de relações que tornam extremamente difícil, para uma grande parte das pessoas, viver neste mundo.

E estamos num tempo em que essa dupla condição, daquilo que não pode ser medido e daquilo que não pode ser acidental, é lei. É a lei que dita a discriminação por partes, a métrica da justeza, o contexto em que explode tudo aquilo que pensávamos poder ser claramente dividido. É um abalo dos pólos de identidade. Não se defende um motim. Não é "bom" ou "mau". Um motim é um abanão das posições de pertença e de juízo moral. É também, com muita frequência, um abalo interno aos contornos que pareciam desenhar linhas de classe comuns.

Implica situações de um género a que assistiremos seguramente mais, os desesperadamente pobres a virarem-se contra os pobres-mas-remediados, o confronto entre donos de loja e saqueadores, entre trabalhadores e amotinados, entre aqueles que partem as janelas e aqueles que as limpam, bem como dos indivíduos contra eles próprios, dado que nem sempre se arrumam facilmente neste ou naquele campo.

Este parece ser o caminho que as coisas tomam agora. E é um caminho que provavelmente se acentuará ainda mais na década que aí vem, à medida que o Estado recua e se reagrupa, intervindo brutalmente em momentos mais explosivos, mas deixando por norma ambas as facções dos pobres por sua conta e em guerra uns com os outros. Tanto o Estado como vocês chegarão apenas ao cair do pano para arrumar a casa, tirar umas fotografias de vassoura na mão, cerrar as mãos em punho, esperar que toda a gente tenha aprendido a lição e, finalmente, regressar ao ofício costumeiro de ignorar as preocupações legítimas daqueles que ainda ficam por lá.

É óbvio que aquilo que se passa é aterrador, arrebatador, idiota, triste, desconcertante e inevitável. Obviamente. Nunca esperámos que fosse de outro modo. Nem nós nem vocês.

3. Eles estão simplesmente a ser "materialistas," a roubar coisas que não conseguem comprar

Não me digam que estavam à espera que as pessoas se revoltassem imaterialmente? Estavam à espera que apenas pilhassem coisas que conseguem comprar?

Mas, tal como antes, concordamos com a letra da vossa condenação: as pessoas estão a tomar esta situação material como uma oportunidade para roubar coisas que não poderiam - ou que poderiam, mas com grande sacrifício – comprar. Isto é inteiramente verdade.

Mas, ao dizê-lo, há duas questões distintas, duas linhas entrançadas de trampa.

Em primeiro lugar, a acusação recorrente de "materialista" assinala uma recusa mais ampla não do consumismo – com o qual vocês são unha e carne e que celebram a plenos pulmões – mas do facto material da convulsão social. Falar com desdém da natureza materialista destes dias é falar, à boca fechada, da vossa vontade de que as pessoas voltem a "protestar" de formas que continuem a ser representativas: dar a cara, ser visto, ser ignorado e voltar aos lugares onde se vive, deixar-se estar por lá. Revela o vosso terror quando se vêm perante um "protesto" que se torna material e deixa, por isso mesmo, de ser protesto.

Reconhecer isto não é de todo desistir de avaliar a situação: podemos obviamente – e devemos – pensar seriamente acerca das inflexões desta mudança, sobre o que quer dizer o facto de esta crítica material da cidade bater indiscriminadamente, não diferenciar entre as cadeias e as "lojas de bairro". E pensar seriamente nisto significa agir de forma a contribuir para esta inflexão, atirar-nos para o meio dela, ou bloquearmos o seu caminho, conforme a nossa inclinação. Mas soterrado sob o ataque ao "materialismo grosseiro" da pilhagem está uma minhoca bem mais perniciosa, a da distância e do verniz, que apoia a crítica e o confronto exactamente na medida em que permanece irrelevante e imaterial, visto e ouvido mas não sentido.

Contudo, em termos mais concretos ainda, esta condenação do "materialismo" assinala uma surpreendente ausência de auto-reflexividade, a par de uma insistência na patologização, racialização e des-historicização dos pobres e dos furiosos.

Sejamos pois completamente sinceros. Vocês que trabalham, que têm a oportunidade de o fazer, tanto aqueles a quem essa oportunidade foi dada de mão beijada como os que tiveram de lutar com unhas e dentes para a terem, vocês que têm o vosso "ganha-pão honesto": será que trabalham mesmo para cobrir as necessidades

básicas e nada mais? Trabalham apenas o suficiente para sacar a dosagem mínima recomendada de calorias, um cilício, um quartozinho vazio, uma merecida imperial quando chega o fim-de-semana, o passe para se deslocarem até ao trabalho? Será que desdenham verdadeiramente o desejo para lá disso?

Não. Não desdenham. Nós também não. Mesmo que estejam entre aqueles que raramente se podem dar a esses luxos, querem, esganam-se e esfalfam-se e enganam e pedem emprestado para terem uns ténis caros, uma televisão grande, um jipe, um carrinho de bebé que parece um jipe, vodca do caro, calças com o nome de uma certa marca no rabo e que vos faz o rabo jeitoso, brincos, água-de-colónia, cigarros que não sabem a cartão, jogos de computador, diamantes, bife da vazia (Ou, pior ainda, fazem de conta que estão acima dessas coisas. E portanto querem antes um novo carro híbrido, sabão feito de cânhamo, uns produtos de agricultores das redondezas, um apartamento com chão de bambu, as obras completas de Matthew Arnold).

E portanto, mesmo antes de emergir a questão da criminalidade (a forma como esses bens foram obtidos), vocês condenam os saqueadores por outra coisa: por quererem os objectos que vocês querem. Estão a condená-los por partilharem o vosso desejo.

Estão a classificar o vosso desejo como algo de abjecto e inaceitável, assim que é desligado da legitimação do trabalho. A vossa ideia, portanto, é que eles devem desejar mas, ao mesmo tempo, verem-se privados da recompensa. Que essa é a condição fundamental do pobre: querer e continuar a querer. Que o querer deve equivaler apenas àquilo a que se pode aceder.

De tal modo que quando dobram o pau na direcção do contra-factual (como muitas das condenações vindas da esquerda encostada ao centro) e dizem, bem, a coisa seria diferente se eles estivessem a tirar comida, fraldas, remédio, estás a ver, as coisas de que precisamos para sobreviver, o que está a ser dito é que eles deviam roubar apenas bens de uma qualidade equivalente ao seu estatuto social. Os pobres, cujo nível de vida não é muito alto, deveriam ter bens de um nível não muito alto. Não deviam tirar cigarros pré-enrolados. Não deviam tirar champanhe, ou pelo menos não daquele bom que se guarda para ocasiões especiais. Não deviam estar a tirar televisões com uma data de polegadas. Porque eles não merecem estas coisas. Deviam olhar-se ao espelho e ter mais juizinho.

E para mais vocês estão fundamentalmente equivocados quando reduzem isto a um desejo de bens. O acto de tirar não é uma redistribuição neutra de bens de consumo no mercado.

O que é a pilhagem, afinal? Pilhar não é sacar umas coisas de uma loja à socapa. Não é roubar, que implica a coerência de uma relação entre potenciais proprietários, daqueles que possuem àqueles que tiram, de tal modo que os últimos passam a possuir esse bem, na forma de propriedade, independentemente de o terem obtido de forma "duvidosa". Isso não é pilhagem. A pilhagem não

é consumismo por outros meios. A pilhagem é um jogo de tudo ou nada, e nisto é uma quebra da consistência da propriedade enquanto título e enquanto transferência entre sujeitos particulares.

A pilhagem é necessariamente colectiva: pondo de lado as fantasias de um Rambo proletário, não é um esforço individual. É uma horda de pessoas que levam tudo, porque nela está implícita também a natureza total do roubo. Sem táctica, sem mil e um cuidados, sem dissimulação. É um momento de abandono total, que se define pelo facto de tratar tudo aquilo com que se entra em contacto como estando à mão de semear. Pilhar, ou saquear. O verbo saquear é apenas uma versão do substantivo saque, que significa "ganhos ilícitos", isto é "propriedade roubada". E isto aplica-se à relação que a pilhagem tem com as lojas, as ruas, a cidade e o mundo em que se desenrola: vê tudo isso já enquanto saque, a propriedade como roubo, guardada, protegida atrás de vidro e aço.

Trata-se, portanto, de um verdadeiro colapso dessa mesma lógica que vocês apregoam e a partir da qual lançam admoestações, de merecer, de viver consoante o dinheiro que se tem no bolso, de ser e querer nada mais do que se pode ser e querer, de ter o realismo da frustração a que se exige aos pobres e apenas aos pobres. É um ataque.

A vossa ansiedade e nervoso miudinho face a isto é inteiramente compreensível, dado que tem pouco a ver com "eles". Regista antes a forma como entendem a vossa própria propriedade, a vossa lascívia, os vossos gostos. Mais especificamente, o facto de vocês não terem especial interesse por aquele belo par de ténis por ser confortável/bonito/vos ajudar a correr depressa. Esta parte é acessória. A especificidade do vosso desejo é negativa. Reside no facto de não quererem que outras pessoas os tenham. É que vocês não anseiam pela plenitude propriamente dita, sobretudo não para os muitos, mas pela condição de escassez generalizada sobre a qual as vossas posses se erguem como uma torre. E isto é tanto mais verdade quanto vocês o negam e denunciam, o relativizam (afinal de contas, exibir a riqueza às claras é suposto ser o terreno e a prática dos pobres e menos sofisticados). Não têm sequer a decência de o esfregar na nossa cara. Bem, estamos a atravessar tempos difíceis, mas lá me vou safando. Temos todos que apertar o cinto de vez em quando.

Vocês condenam, então, os que estão demasiado esfomeados, fodidos da vida, aborrecidos, fartos, e desesperados para praticar a auto-abnegação que vocês macaqueiam. Com uma excepção. Há uma coisa que é suposto eles quererem e fazerem tudo para conseguir: um emprego. E portanto...

4. Eles não trabalham, são criminosos

Sim. Não trabalhar sob o capital é criminoso. É-o estruturalmente: uma falha, uma transgressão, aquilo que pede castigo – fome, prisão, coerção. Agora que deixámos para trás a era das guerras generalizadas, da habitação própria e da produção interclassista de crianças, o emprego a tempo inteiro é a garantia do estatuto de adulto, da cidadania, de se ser um sujeito de pleno direito. A ausência de trabalho – ou melhor, de trabalho reconhecido enquanto tal – equivale a uma criminalização generalizada das populações, mesmo antes de qualquer transgressão legal ocorrer de facto.

É-o também localmente, isto porque, na medida em que o trabalho significa trabalho sancionado, não trabalhar implica que uma pessoa trabalhe em moldes que são tecnicamente criminosos: roubar, vender bens roubados, vender drogas, vender o corpo, burlar, pedir, ocupar, pilhar.

E num tempo como o nosso, em que não há empregos suficientes à disposição, ou, cruzes credo, em que as pessoas não querem trabalhar, não querem mergulhar as suas vidas em horas de suor e tédio das quais tanto elas como as suas famílias ou a sua vizinhança apenas colherão uma ínfima porção da recompensa, num tempo como este, continuar a dizer às pessoas que esta não é a maneira certa de fazer as coisas é, literalmente e sem tirar nem pôr, dizer-lhes: vocês não poderão trabalhar e vocês não poderão não trabalhar. Têm que se desenrascar e devem fazê-lo sem grande escarcéu.

Contudo, conviria que vocês, bem como nós, tirássemos a limpo o que significa, ao certo, o termo trabalho.

Sucintamente, é a troca do nosso tempo e esforço – uma porção de uma vida – por uma certa quantidade de bens, sendo o dinheiro o mais comum e o mais infame de todos. A especificidade de tal trabalho sob o capital é a de que o valor dos bens que o trabalhador recebe não é equivalente ao valor gerado pelo seu trabalho: isso é o que os Marxistas denominam de mais-valia. Isso é aquilo a que os capitalistas chamam fisgar a presa.

Para o trabalhador, a taxa de retorno do trabalho não é constante. Os salários não são idênticos, e um retrato adequado da economia mundial torna evidente que, à excepção de algumas correlações genéricas para trabalho muito especializado (cirurgiões, assassinos, pianistas de jazz), e pondo de parte a nossa fantasia de que os salários e a valia são comensuráveis, a quantidade auferida tem pouca relação com a qualidade ou quantidade de trabalho realizado. Algum trabalho é pouco qualificado e paga muito mal. Algum trabalho é altamente qualificado e paga muito bem. Algum trabalho é altamente qualificado e paga muito mal.

Estou certo que estaremos todos de acordo neste ponto, mesmo que esse facto não nos agrade muito. É, afinal de contas, verdade.

É também verdade, então, que esta pilhagem é uma forma de trabalho, ao mesmo tempo que arruína a própria categoria de trabalho. É, tal como o crédito, uma inflexão da crise do pleno emprego. É uma actividade de elevado risco, precária, informal e com dividendos potencialmente muito elevados. Aqueles que pilham estão a trocar uma porção do seu tempo – uns quantos minutos ou horas, embora potencialmente se possam traduzir em anos de prisão ou na sua morte, pelo que a remuneração horária é de cálculo muito incerto – as suas capacidades intelectuais e físicas e a sua energia, pelo acesso a um conjunto de bens que eles, como tantos outros, desejam.

Estão a trabalhar, e isto num tempo em que o trabalho é um bem escasso. Estão a trabalhar em conjunto, o que, como todos bem sabemos, é aquilo que verdadeiramente vos assusta. É verdade que nós lhe dissemos para se juntarem e trabalharem em comunidade de modo a melhorar as suas vidas, mas não era bem isto que nós queríamos dizer...

E, para dar adequadamente conta do que se passa, não podemos reduzi-lo ao acto de agarrar consumíveis ou bens para uso caseiro (vale a pena lembrar que ter um plasma gigantesco não torna mais fácil pagar a conta do cabo). Isto porque imediatamente a seguir à pilhagem de uma loja de aparelhos electrónicos, havia pessoas a tentar despachar portáteis por vinte libras, o que representa qualquer coisa como 2.5% do preço de venda original, se não menos. O que significa não só que estamos aqui perante o tão celebrado espírito empresarial que se espera que os pobres, tanto os que trabalham como os que não trabalham, aliem ao seu desenrascanço para escapar à pobreza.

Isto significa ainda que o vosso argumento de que é de alguma forma moralmente repreensível, ou pelo menos tacticamente equivocado, as pessoas levarem estes produtos em vez das "necessidades básicas" é, em boa verdade, uma idiotice. Querem-nos convencer, portanto, que é suposto os pobres não só restringirem o âmbito dos seus desejos, mas igualmente não serem capazes de entender os fundamentos do valor de troca? Que eles deviam ter enchido carrinhos de compras com farinha e feijões, em vez de computadores que poderiam, em teoria, ser vendidos de modo a obter uma maior quantidade de farinha e feijões? Ou ainda ficar com eles dar-lhe uso, uma vez que o acesso à internet, a capacidade de escrever a amigos ou contar histórias, ouvir música, olhar para fotografias daqueles que amam ou com quem fantasiam amores: ao que nos é dado saber, a pobreza não abole o desejo de tentar gozar a existência que se tem e de partilhá-la com outros, por mais desesperados que estejam os tempos.

Portanto, sim, estavam de facto a ser oportunistas. Estão a pegar na justificação de uma "causa de preocupação legítima" (o homicídio de um jovem) e estão a usá-la para produzir uma situação em que uma pessoa pode aceder a bens materiais e riqueza que de outra forma estaria impedida de tocar.

Culpar alguém por isto é ser cúmplice de uma profunda e disparatada mistificação do mundo. Como se as engrenagens básicas do capital não estivessem fundamentalmente orientadas no sentido do aproveitamento de oportunidades. (Tal como, por exemplo, aproveitar a oportunidade concedida pelas populações excedentes de pobres e pela natureza global do trabalho para manter os salários baixos). Como se apenas os pobres aproveitassem oportunidades. Como se devêssemos pôr obstáculos a que uma pessoa faça uma aposta arriscada para melhorar a sua vida.

Como se a luta, qualquer que seja a forma "odiosa" e violenta que ela tome, contra uma ordem social odiosa e violenta, devesse manter-se dentro dos limites do meramente político, ou seja, daquilo que é fácil ignorar. Como se, afinal, o que estivesse em causa nisto tudo não fosse material, não fosse a maneira como uma pessoa vive ou não vive uma vida, não fosse o próprio desastre a que se dá o nome de social.

5. Não têm o direito de fazer isto. Não é assim que se protesta.

É claro que não têm o direito de fazer isto. É por essa mesma razão que isto não é um protesto.

Um protesto é aquilo que se tem o direito de fazer. É aquilo que se reconhece mal se vê e se esquece mal desaparece do nosso campo de visão imediato.

Porventura o pior artigo da vossa fé, a bílis mais densa na vossa língua, é terem agora a lata de sugerir 1) que há algumas preocupações legítimas por detrás disto 2) que, nas palavras de Tim Godwin (Comissário Interino da Polícia Metropolitana), "estas são conversas que nós precisamos de encetar, mas não servem de desculpa para o que está a decorrer", 3) que os motins não vão fazer com que essas conversas ocorram e 4) que as pessoas deviam regressar a casa para que essas conversas comecem, com a garantia (e a reprimenda) de que se tivessem seguido os trâmites previstos para dar voz à sua opinião – o voto, as assembleias comunitárias, as marchas autorizadas, as campanhas por carta – então aqueles que detêm o poder para melhorar materialmente essas situações teriam todo o gosto em fazer o possível para que isso acontecesse.

Afirmar simultaneamente que este tumulto não é a via certa para que as pessoas sejam ouvidas e encorajar as pessoas a voltar às maneiras de dar voz à raiva que vocês demonstraram, na prática e ao longo das últimas décadas, não estar minimamente interessados em ouvir, é dizer-lhes directa e inequivocamente que eles eram mudos até ao momento. Que não há qualquer forma de articularem uma posição de modo a que seja reconhecida ou levada em conta.

(Dizer, como alguns de vocês dizem, que estes incidentes infelizes mostram que todos nós devemos ouvir com mais atenção é admitir - aaah! - que a

desordem violenta chama de facto a atenção. Mas seguramente que é não isso que vocês estão a dizer, ou a pensar...)

Contudo, e infelizmente para vocês, um motim não é uma forma de linguagem. Não é, em particular, uma forma muito persuasiva. Não está a tentar provar um argumento ou conquistar a vossa aprovação. Sai da frustração de bocas que, tendo em conta o quanto são ouvidos, poderiam bem ter arrancado a língua. Mas não é um discurso. Está perfeitamente farto de saber aonde é que isso leva.

6. Isto é violência indiscriminada, que não escolhe os seus alvos

Chegados aqui, torna-se indispensável desenredar outro nó. Apesar do que possam pensar, a pertença a uma classe e a decência humana não têm uma correlação directa (Se excluirmos os ricos, que são quase universalmente montagens vorazes de matéria fecal e ego.) É uma pena, pois tornaria tão mais fácil a luta de classes, as divisões e alianças tão mais límpidas. Mas indo dos extremamente pobres até à classe média e dando meia volta até ao início, encontraremos alguns que são impecáveis, alguns que são medíocres e alguns que são vis.

A diferença está apenas na forma como essas tendências são expressas. Os humanos atrozes com dinheiro suficiente para permanecer do lado certo da lei expressam-no batendo nas suas mulheres em privado e despojando os seus trabalhadores de um salário justo. Alguns dos que não têm dinheiro para o fazer são aqueles que, nestes últimos dias, se têm comportado de maneira horrível, selvagem. Qualquer pessoa que justifique isso é um idiota, e temos tão pouco interesse em fetichizar a violência em si mesma como em condenar todos aqueles que se amotinam pelo facto de algumas pessoas serem execráveis e terem visto nisto uma boa oportunidade para agir como tal, sem entraves.

Mas é inteiramente inaceitável fazer generalizações a partir disto. Tal como o é imaginar que poderíamos isolar um punhado de pessoas detestáveis num contexto em que tanta gente passou por situações detestáveis e, para ser franco, não se rala minimamente por maltratar ou estragar a propriedade daqueles que têm sido mais afortunados. Gente que sabe muito bem o que faz.

Aqueles que falam dos saqueadores como sendo "pobres de espírito"estão a dizer, essencialmente, que não conseguem imaginar uma estado de espírito em que faria perfeito sentido pilhar. Em que tal fosse fruto de uma decisão mais do que consciente. Estão a dizer que não têm qualquer interesse em perceber porque é que algumas pessoas se podem estar nas tintas para essas distinções – entre o comércio local e as multinacionais, por exemplo.

Nós percebemos, contudo, a razão pela qual uma tal condenação é necessária, em jeito de último recurso. Porque o que está em causa não é tanto a expectativa de que as pessoas venham a apoiar o que acontece mas antes a evidência, muito concreta, de que o que está a acontecer constitui uma brecha

nas vedações que cercam o rendimento, o privilégio e a raça, e cuja função é manter os pobres no seu lado da cidade, onde podem ser deixados à solta para se "atacarem" uns aos outros, em zonas onde todos os serviços sociais, à excepção da polícia, foram deixados ao abandono.

Daí o refrão comum que agora ressoa por todo o lado: nem acredito que isto esteja a acontecer em X. Tenho acompanhado as notícias e parecia estar tão longe. Não estava nada à espera que também acontecesse em X.

Nunca se pode estar à espera disto, a passagem de uma zona de pobreza contida para um empobrecimento parcialmente generalizado da cidade como um todo. Isto emerge necessariamente num momento de terror, mesmo que dispamos o termo de qualquer forma de condenação moral, pois é um estilhaçar de linhas de demarcação e contenção até então claras. É um despregar. Faz ossadas pretas de edifícios e carros, e não há um general debruçado sobre o mapa do campo de batalha. Espalha-se.

Mas diríamos que há uma imposição ética fundamental do presente que está intimamente ligada a isto. É a condição estruturante do movimento real daquilo a que há muito se chama comunismo.

Não é a redistribuição da riqueza. É a redistribuição da pobreza que se verifica no decurso de um processo no qual aqueles que nada têm começam finalmente a levantar-se e a tomar em mãos o que lhes pertence.

A partir disto, a única base de apoio ético que podemos ter, a única de que precisamos, é perceber que temos duas opções, mutuamente exclusivas.

Há aquilo que partilha de forma mais igual entre todos nós a violência e as contradições desconcertantes do nosso presente.

E há aquilo que continua a pedir aos mais violentados, que foram deixados por sua conta, que continuem a sofrer as consequências dessa calamidade a que gostamos de chamar a vida contemporânea.

Vocês insistem nesta última opção, e encontram muitas maneiras de justificá-lo e cimentá-lo. Nós insistimos na primeira. É confusa e desordenada. É mais penosa. Há muito tempo que o é. E continuará a sê-lo, mais e tanto mais quanto piores ficarem as coisas, quanto mais vocês continuarem a papaguear o vosso disco riscado de lugares comuns, enquanto atrás das vossas palavras se enchem prisões e se levantam exércitos.

7. Não há justificação possível para isto. Isto é meramente destrutivo.

E tanto mais que não há de facto justificação. Não há ordem ou estrutura que justifique aqueles que insistem na segunda opção. Pelo menos não em teoria ou conceptualmente (o que pode até ser fácil, pôr estas palavras nas nossas bocas e nas nossas mãos), mas apenas fazendo o que é preciso ser feito para se safar, sem aceitar meramente safar-se à conta e contentar-se com isso. Que eles podem

querer, que eles vêm tudo o que há à disposição, tudo aquilo que não podem ter. Que eles estão fodidos com isto. E que já não estão para isso.

Não há justificação para isto, mas este é um tempo em que uma pessoa ou arranja justificações ou as aceita e as leva consigo.

Vocês arranjam-nas. Nós estamos do lado tanto daqueles que as levam como daqueles cujas vidas são perturbadas por uma situação em que esse levar é necessário. É errado falar aqui de vítimas. Podemos contudo afirmar que não é verdade que vocês estejam do lado daqueles que estão a perder os seus pequenos negócios. Isto porque foi a forma como vocês deixaram alguns para trás, entregues a si próprios, ao mesmo tempo que permitiam a outros esfalfar-se para continuar em frente, que conduziu a esta situação, em que alguns se atiram, bem como a qualquer destroço que apanhem do chão das ruas onde vivem, uns aos outros. E há muito que vocês deram a vossa bênção a este estado das coisas.

Era disto que Hegel nos falava quando escrevia sobre a astúcia, sobre a forma como a ideia geral – neste caso, a preservação incessante do capital e das suas relações – não paga pelos seus próprios erros. Para pegar nas suas palavras certeiras, "Não é a ideia geral que se vê envolvida no antagonismo e no combate, ou que está exposta ao perigo. Deixa-se antes ficar em segundo plano, intocada e intacta." E permite que o particular – as paixões, os desejos, as necessidades, os dias daqueles que vivem dentro dela e debaixo da sua alçada – se combatam uns aos outros, se lancem contra a propriedade e contra os corpos. Por vezes, embora raramente, as paixões excedem a ideia e ameaçam descarrilá-la, ainda que apenas por momentos. Talvez este seja um desses momentos raros, em toda a sua desordem e urgência ensanguentada, em que a astúcia fica atolada e escorrega.

Porque as pessoas vão ter aquilo que merecem, de uma maneira ou de outra. Se isto por acaso não vos cai bem, tanto pior. Tanto pior para todos nós que as coisas tenham chegado a este ponto, pois não restam dúvidas de que não irá chegar a lado nenhum, tanto quanto podemos imaginar chegar a algo como a construção de formas de acção colectiva, ao desenvolvimento de infra-estruturas, à capacidade de fazer as coisas de outra maneira. Isso não é claramente o que está aqui em jogo.

Mas aqui falamos entre nós, e não para vocês, porque apesar de toda a vossa cruel inanidade, nós não somos de todo inocentes no que toca aos fracassos do nosso pensamento. E nós – este nós amorfo, mas não "a esquerda", seja como for que esta seja definida – escorregámos em pelo menos três frentes.

1. Não podemos permitir que a gravidade do que acontece ocasione ou desculpe um apelo à polícia para restabelecer a ordem. E isto não porque a desordem social seja boa ou má, essas palavras infantis que vemos atiradas a torto e a direito. É porque não nos cabe apelar. É o que vai acontecer, independentemente da nossa opinião. Como tal, o que tivermos a dizer sobre o assunto só pode tomar

a forma de uma crítica a) ao modo como esse tipo de resposta é precisamente e desde logo o que provoca situações como esta e b) ao modo como esta situação será usada para justificar retroactivamente o tratamento continuado dos pobres como criminosos, o tratamento, precisamente, que engendra uma tal explosão.

Rejeitamos qualquer variante deste realismo auto-verificado, qualquer coisa que sirva para confirmar a vossa condenação. Não julgamos coerente pensar que a solução para este "problema" seja insistir em aplicar, quando muito de forma ainda mais implacável, o próprio problema: a criminalização dos pobres. Não pensamos que a confusão dos tempos justifique uma tal perversão da razão ou dos seus fins.

2. Não podemos deixar que a nossa crítica seja uma crítica à distância. Não podemos manter-nos arredados e avançar argumentos sobre o que "eles" devem ou não devem fazer, nem tão-pouco devemos apelar ao Estado para que faça aquilo que, como sabemos, ele fará ou não fará independentemente dos nossos apelos. Fazê-lo é recair na lógica da condenação, avaliar e julgar uma situação de que não fazemos parte. Se achamos que os amotinados devem atacar cadeias internacionais e não o comércio local, devemos encorajar esta última opção, activamente e no terreno, de tijolos na mão, e não denunciarmos a primeira. Se achamos que deve haver uma organização formal e uma estrutura que enquadre o que está decorrer, devemos começar a fazer isso mesmo, e não lamentar o facto de a realidade não encaixar em moldes políticos clássicos. Se achamos que o que importa é defender, pela força, as casas e as lojas, então devemos fazer isso mesmo, lado a lado com outros que pensam o mesmo, e não esperar pela polícia.

(Não quer isto dizer que a única coisa que haja a fazer seja atirarmo-nos para situações violentas em que podemos vir a ficar feridos ou mesmo morrer. Significa apenas que as condenações ou sugestões desta ordem são irrelevantes se não se converterem em prática material. Aqueles que, compreensivelmente, não querem tomar parte nisto não devem fazê-lo. Mas, do mesmo modo, não devem condená-lo ou outorgar-se a posição de conselheiros)

Porque se insistimos em pensar no aspecto insurreccional do que se tem passado – isto é, o que faz disto mais do que uma mera manifestação de "criminalidade" e consumismo destravado, como tem sido dito –, percebemos que tal não reside simplesmente na gravidade da violência ou no grau de desafio ou perturbação que traz ao funcionamento do Estado. Para além da evidência de que muitos dos que participaram nos motins estarem eles próprios a organizar-se de uma forma muito séria (mesmo que o resultado disso não se assemelhe ao que as pessoas reconhecem como uma organização política), a natureza insurreccional reside também, estranhamente, no facto de lojistas e outros estarem a cuidar de si próprios munidos de bastões de baseball, no facto de estarem a agir contra uma situação insurreccional. Pois é aqui que há um destroçar das linhas de solidariedade

previamente assumidas, que há uma ruptura decisiva na consistência da vida quotidiana. Um levantamento não de todos contra o Estado, numa divisão nítida, mas um levantamento em muitas frentes. Um fervilhar de contradição que indicia a completa deslegitimação da capacidade do Estado para gerir a sua população, aos olhos dessa mesma população. Um agir que não espera pela mediação da polícia. É uma coisa bonita de se ver? Não. De modo nenhum. Mas é uma parte inextricável da negação do que temos.

3. Porque esta é talvez a distinção chave, ainda que à primeira vista pareça ser uma fuga para um terreno demasiado abstracto. Isto é, temos que insistir na diferença entre destruição e negação, porque é esta diferença que constitui a particularidade do pensamento comunista e porque a elisão dessa diferença é o ataque mais comum ao pensamento e prática daqueles cuja finalidade é alargá-lo: vocês só sabem negar e criticar, vocês querem apenas destruir, vocês não têm nada de construtivo para contribuir.

Aquilo que temos visto em Londres neste últimos tempos é destruição, e muita. Edifícios e carros espatifados e incendiados. Nada está a ser construído. Não há modelo, plano ou programa. Fala-se de uma negatividade social, que se evidencia na destruição de uma parte do que existe. Indicia um ódio: à polícia, a uma cidade que os mantém à margem, a janelas que protegem coisas que são demasiado caras para os seus bolsos, a ouvir dizer que devem encontrar o seu próprio caminho, a serem presos quanto tentam fazer precisamente isso, a todos os que olham para eles com suspeição quando eles passam porque usam capuzes e têm faces negras.

Mas isto não é propriamente negação – ainda que seja parte do processo da mesma. A negação é, isso sim, a remoção das relações que sustentam uma determinada ordem tal como ela existe. Relações como a propriedade, a lei e o valor. Não é obliteração, não é arrasar sem deixar rasto, mas antes colocar tudo sob a alçada da dúvida e da crítica, que frequentemente assumem contornos muito materiais (A propriedade mostra-se altamente resistente à argumentação, por mais eloquente que esta seja.) É um banho de ácido: que não privilegia nada, que remove a consistência que justifica a existência das coisas e as dá a ver tal como elas são. Para ver o que fica de pé, o que cai, o que há muito tem vindo a envenenar tantos.

É esta mesma diferença, esta ínfima diferença, entre destruição e negação que compõe o nós que este tempo todo tem vindo aqui a falar. A destruição acontece. Não sem que seja convocada, não automaticamente (há indivíduos que tomam decisões concretas para que ela aconteça), mas é um facto constante. O que é raro é agarrar – sim, "de forma oportunista" – as suas emergências visíveis como a ocasião necessária para ampliar essa raiva e perturbação para lá do momento da sua erupção, na direcção de uma ideia de negação real, vivida, sustentada.

Uma negação que seja, de facto, feita, feita dos laços que de repente se formam quando as relações anteriores, que mantinham as coisas à tona – o comércio, o policiamento, os transportes, o trabalho – vacilam.

Neste caso particular, o que é necessário negar, o que requer análise e desenvolvimento para além do que emerge da mera desordem material, resume-se fundamentalmente a dois aspectos. Em primeiro lugar, o uso do termo político como forma de activamente ignorar o que acontece, classificando-o como apolítico e, por conseguinte, errado. Em segundo lugar, a nitidez de posições inteiramente opostas, mesmo que estas sejam por vezes necessárias (Isto é, a diferença entre nós e vocês, os que condenam, não se apagará nos tempos mais próximos). É verdade que reconhecemos separações reais, materiais, entre populações e o seu lugar nas divisões de classe (devemos ser o mais claros possíveis ao reconhecermos que não somos bem-vindos num determinado terreno de luta). No entanto, lutamos para abolir por completo essas separações. Isto é, para deixar de falar deles, os que pilham, como se pertencessem a uma outra espécie. Para deixar de imaginar que o que "lhes" acontece não ressoa, determina, e deforma profundamente e de fio a pavio a vida mesmo daqueles que porventura não se sentem parte do mesmo grupo. Fazê-lo equivale à forma mais grosseira de pensar a classe, ou seja, é defini-la como casta, é transformar as massas em sub-massas a que nós não pertencemos, reduzi-las a uma tendência e a uma direcção que não se excede a si mesma.

Mas apesar de todas estas críticas dirigidas a nós próprios, apesar de cairmos por vezes em formas distanciadas de condenação e fantasia idealista, apesar de tudo isto, as formas a que vocês recorrem são piores, muito piores.
Porque vocês não condenam aqueles que pilham pelo facto de eles pilharem. Já os condenaram muito antes disso, condenaram-nos à irrelevância e à morte. O facto de eles pilharem apenas vos dá alguma munição na vossa longa guerra de exclusão e calúnia.

É por essa razão que não queremos ter nada a ver com vocês.

Porque vocês, vocês que levantam a voz indignada contra qualquer programa que penda para o lado do trabalho, qualquer programa que pudesse operar como circuito alternativo através do qual habitação, comida, vestuário, medicamentos pudessem passar para as mãos daqueles que deles precisam, não deviam ter a audácia de deixar as vossas línguas pastosas cacarejar face ao que não é senão o resultado de tal renúncia a cuidar dos muitos.

Em vez disso, o que vocês querem é passar à fase de arrumação e limpeza. Numa paródia doentia à disseminação viral de informação sobre os motins através das tecnologias digitais, "multidões" organizam-se para varrer os cacos. Vêem-se posters que dizem "Mantenham-se Calmos e Limpem" – ah, que espertinhos que vocês nos saíram. Ordenam a todos que mantenham uma cara séria, unam esforços, se sintam "graciosamente britânicos" na esteira da derrota daqueles que vocês não tomam como britânicos, e continuem com as suas vidas.

Mas foram vocês que apelaram, de sorriso falso estampado no rosto, tanto à anarquia do mercado como à sua defesa marcial. Agora, quando as suas consequências reais estão à vista, poderiam ao menos ter a rara decência de se recordarem das vossas palavras e ficarem caladinhos.

Imploraram para que esta cama fosse feita. E agora choram quando se apercebem que é rija, quando percebem que há demasiado barulho lá fora para que consigam dormir em paz.

Que não tenham nem paz nem descanso até que os céus desabem.

Adenda a uma carta aberta

Três notas adicionais sobre os motins de Londres, em parte desenvolvidas a partir de comentários perspicazes de amigos e desconhecidos.

Ele mostrava-se igualmente indiferente no que toca às pilhagens: "O que é que eu sinto em relação a isso? Sinceramente, nada. Faz parte de um motim. Não sinto nada."

Um.

Algo que devia ter sido mais sublinhado e que quase passou despercebido é que, apesar de toda mistura de choque e espanto face ao caos espontâneo, quer alegado quer real, muito mais impressionante é tudo o que não pode ser arrumado nessa categoria. Tudo o que, pelo contrário, só pode ser entendido como tendo emergido de formas de organização concretas e zelosas. Não, não se assemelha a um partido, a uma coligação ou a uma associação. Não, não é um fruto do Facebook ou do BB Messenger, embora tenham certamente ajudado, tal como não estamos aqui perante um qualquer outro novo "sujeito em rede", excepto no que toca à velocidade de transmissão. E não, Cameron e companhia, por mais conveniente que seja importar para Londres práticas ao bom velho estilo da Polícia de Los Angeles, isto não se assemelha a um gang, embora contasse com a presença de gangs.

Não é "uma" organização, mas é organização, na medida em que implicou apelos concretos (i.e, aqueles que foram enviados via BB, etc.) para que uma multidão de pessoas se juntasse num determinado local, se "manifestasse" contra a ordem legal e de propriedade vigentes entendidas como um todo, e se aguentasse firme face às forças policiais que tentassem impedi-los. Nisto, isso sim, podemos ouvir um eco longínquo daquilo que as manifestações deviam ser. Como tal, as acusações de desordem irracional, decadência moral ou de que as pessoas se teriam entusiasmado e "perdido a cabeça" falham o alvo e são cegas à forma como, embora não houvesse uma ordem, se geravam ordens, em que pessoas se agregam

com um propósito específico e depois dispersam-se. Um modo de ataque (note-se que muita coisa foi partida e incendiada sem que tal fosse apenas um meio para chegar à pilhagem) que implica empenho e, sublinhe-se, a disciplina de levar algo até ao seu termo, pondo de lado o medo de represálias.

Mesmo aqueles que querem denunciar o que se passou como algo bárbaro, cobarde, equivocado ("se eles só tivessem levado cobertores ou partido sucursais de bancos, poderia percebê-los e apoiá-los!") e despropositado são ainda assim forçados a perceber – e desconfio que o percebem perfeitamente – que não é aleatório o facto de milhares de pessoas se juntarem num local predeterminado e agirem de forma concertada. É uma forma de organização que toma como factor de pertença comum não os votos, nem cartões de sócio, nem "princípios" partilhados, intocáveis ou sujeitos a revisão. Não assenta em serem um conjunto de sujeitos em comum. Ao invés, forma temporariamente uma base móvel e em curso que assenta naqueles a quem é consistentemente negado qualquer estatuto enquanto "sujeitos políticos válidos". Aqueles que não têm qualquer interesse em serem arrebanhados na ordem que desde sempre os odiou. Não é necessário tornarmo-nos membros dessa "tal" organização, pois ela não existe. É uma linha, uma força gravitacional, quase um axioma, a que uma pessoa está ou não está ligada. E que, em certos momentos, se torna deveras difícil de ignorar.

A questão em causa, a verdadeira questão, é simplesmente o que fazer com base neste ponto de partida, no facto de estarmos ou não ligados a ele. Aqueles que já são reconhecidos como sujeitos políticos ou traem a sua posição (a traição contra a posição e classe que se ocupa é, afinal de contas, o gesto fundamental de qualquer verdadeira viragem contra a ordem social existente, nela reside a definição do proletariado como algo que se abole a si próprio) ou a apertam contra o peito e não a largam por nada deste mundo. Aqueles que já estão excluídos, das duas uma: ou esperam e lutam por serem reconhecidos ou esperam e fazem o que houver a fazer – independentemente dessa exclusão, contra essa exclusão e apesar dessa exclusão. E, neste último caso, este fazer é um fazer em conjunto, com plena consciência que, quaisquer que sejam os ganhos individuais (um produto pilhado, vingança pessoal contra a polícia), estes só são alcançáveis através de uma acção concertada. E com plena consciência, para além disso, de que as consequências terão um impacto que vai muito para lá de qualquer indivíduo concreto. (E nisto inclui-se, por exemplo, a forma como as sentenças a que estarão sujeitos têm por base o todo da situação, e não serão ajustadas à escala dos seus crimes particulares, como o de levar umas garrafas de água no valor de um punhado de libras).

De forma sucinta, devíamos acrescentar: não é menos insatisfatório explicar aquilo que se passou, e desse modo arrumá-lo bem arrumado numa gaveta, recorrendo simplesmente a um relato das determinações económico-sociais, em moldes marxistas ou outros. Reconhecer o impasse histórico concreto que de facto apenas pode emergir nestes momentos não equivale, ou não devia

decididamente equivaler, a reduzir as decisões concretas que foram tomadas a uma mera adesão ao que está predeterminado. É verdade que o pensamento histórico agrega escolhas e tendências. Fá-lo para apontar os constrangimentos estruturais que enquadram as escolhas que são feitas e as razões pelas quais, mesmo nos casos em que alguém sente que está a fazer uma "escolha livre", o próprio espectro do que é considerado "livre" está restringido, e de uma forma muito específica. Mas a melhor questão, a que tem sérias consequências em termos da orientação que daqui podemos tomar, não é porque é que eles não escolheram tal ou tal caminho, porque é que eles não se dirigiram ao Palácio de Buckingham ou a Downing Street, porque é que não "fizeram uma revolução", mas antes porque é que nós escolhemos o que escolhemos, que tipo de vida é que tal escolha forja, mesmo que o faça confusamente e por mais que essa escolha não pareça "construtiva".

Para voltar à questão da negação, um projecto de negação não começa com o pseudo-negativo que é posto em cena pelas questões contra-factuais. Começa com a tomada de consciência que essas estranhas torções e ventos a que se dá o nome de vontade não são meramente um verniz subjectivo de puro desespero e de mãos que não têm mão em si. São um projecto, ainda que improvisado. E, como qualquer projecto, fazem projecções a partir de decisões ínfimas, concretas, muitas vezes obscuras. Os ecos dessas decisões ínfimas ressoam tremendamente nas décadas subsequentes, muito mais do que o coçar de cabeça enquanto imaginamos como as coisas poderiam ter seguido outro rumo.

É claro que as noções de que dispomos, tanto clássicas como contemporâneas, de vontade, agência e decisão se verão aflitas para conseguir pensar um momento como este. Isto é porventura um indício de que tais termos devem ser descartados. Mas o tempo da sua utilidade, nem que seja para nos ajudar a registar o que terá verdadeiramente mudado, ainda não se parece ter esgotado. Pelo contrário, a forma como não conseguem ter mão firme nos dias que correm deve-se a quão pouco estes motins se prendem com ser-se visto, contado, representado, notado, quão pouco servem para chamar educadamente a atenção a quem de direito para a nossa discordância, quão pouco se assemelham a todas essas acções que tendencialmente têm contribuído para restringir e conter aquilo que se entende por vontade popular, resguardando-a aquém da explosão desses mesmos limites . Dito forma mais simples, a questão não é ser visto e contado. Esse é um efeito secundário, é o momento em que algo transborda e se torna inequivocamente visível.

(A este propósito, reparem como políticos e comentadores de todas as cores e feitios, que previamente tinham denunciado o que se passara, foram mesmo assim obrigados a falar de como isto lhes "abriu os olhos" ou, para pegar nas palavras de David Cameron, num estilo inesperadamente próximo do festim de sangue e vísceras dos romances splatterpunk, de como "os problemas sociais que há décadas estavam a infectar explodiram-nos agora na cara", tornando a revelação

análoga a um esguicho infeecioso de pus. O que não é de todo surpreendente. Os motins trazem ao de cima o Clive Barker que há em cada um de nós.)

Quando algo se torna visível desta maneira, quando emerge súbita e integralmente à luz do dia, tem então apenas uma breve janela em que pode ainda espalhar-se, período durante o qual é registado, identificado, catalogado e por fim subjugado.

O que não devemos deixar escapar neste rebuliço a que assistimos, em que na confusão dos tumultos se tenta colar etiquetas com as caras, os nomes e os corpos carcerários de indivíduos concretos, é que, independentemente do cálculo da propriedade destruída ou pilhada, dos polícias feridos ou das janelas partidas, do número de prisões e de acusações, duas coisas permanecem. Ou seja, resistem a essas equações, permanecem inquantificáveis. Primeiro, uma raiva genuína contra a lei e a ordem que ela defende. Segundo, uma agregação de gente, em grande medida orientada por e para essa mesma raiva, mas que vai para lá dela. Não é preciso ser-se comunista para perceber que o que tanto horrorizou uma boa parte da Grã-Bretanha foi uma imagem fugidia, mas irrefutável, daquilo que a acção colectiva e propositada dos muito pobres pode ser. E quão longe ela está de ser reconfortante, humanista, democrática ou "progressista".

Dois.

Porventura a explicação mais sucinta que ouvi acerca da "razão para as pessoas se amotinarem", uma que toca naquela difícil dupla condição (por um lado, o antagonismo enquanto trabalho, esforço consciente e empenhado, tanto na sequência de um clarão momentâneo e identificável como de muitos e muitos anos a ser-se tratado abaixo de cão; mas, por outro, a sensação de algo que surge do nada e por sua própria vontade) é esta:

"As pessoas estão a amotinar-se porque o motim finalmente chegou"

Isto pode parecer uma tautologia, mas não é de todo vazia de significado. Significa que muita gente não só sabia que isto haveria de acontecer mas se tinha de facto preparado para essa eventualidade. Significa que um motim é algo não redutível a indivíduos que se amotinam (i.e., é um substantivo que não descreve apenas algo que as pessoas fazem). Significa também que não chega "todo de uma só vez". Por muito depressa que ateie, não é uma aceleração instantânea do zero ao roubo de cavalos da polícia. Algo começa, as pessoas fazem a escolha de se atiraram a e para o meio desse algo e, a determinada altura, torna-se claro que o motim começou. Aqueles que têm estado à sua espera – como de uma abertura, uma brecha – agem ou não, copiam ou não. É uma oportunidade que pode ser agarrada, e foi.

Três.

A actual "etapa" disto, e o debate corrente, gravita em torno das consequências judiciais e das acusações aparentemente desproporcionadas: seis meses pelo roubo de umas garrafas de água, dois meses por uns calções, quatro anos pela criação de acontecimentos ou comentários deixados no Facebook, mil pessoas acusadas até agora, e a proposta de emissão de ordens de despejo para os amotinados. (A estranha estrutura deste último ponto da lista, em toda a sua óbvia vileza, corresponde aproximadamente a isto: vocês que saíram à rua em bando, vamos privá-los de habitação, pelo que serão obrigados a voltar a essas mesmas ruas, já que gostam tanto delas! E o que é vão fazer em relação a isso, um motim? Espera lá...)

Ainda que, e sem que tenhamos que fingir o encolher de ombros de quem já viu tudo, será que isto ainda surpreende alguém? É verdade, é uma "conta mal feita" (dados os custos do encarceramento e o excesso de população nas prisões), e sim, "a matemática deles não bate certo", e é vingativa. Porque é que isto haveria de nos surpreender? Houve alguma coisa, uma que fosse, no comportamento anterior dos que estão no poder, que apontasse um outro rumo? Será que até aqui eles têm tomado as decisões económicas certas, ou feito escolhas em função do bem-estar dos pobres? Fazer um grande teatro em torno da nossa suposta surpresa poderá ter algum efeito retórico, mas armarmo-nos em ingénuos para amplificar a presumível novidade disto é, a bem dizer, cuspir para o ar. Há muito pouca novidade neste caso. Há apenas um tudo nada mais, como diria Cameron, que vos espirrou para a cara e entrou nos olhos.

Ainda assim, há algo que merece aqui ser assinalado, algo que dá a impressão de ser novo, não tanto porque até aqui fosse invisível, mas porque a sua severidade tem aquele cheiro distinto de uma sequência que agora se despoleta e que é provável que perdure por muitos anos. A sensação de terror não é fortuita, porque o terror – o sentimento, não o género – designa precisamente aquele golpe no pensamento que estala quando se rompe o fio entre causa e efeito.

(Para invocar um exemplo ficcional, o terror de Freddy Krueger não reside no que ele faz ou deixa de fazer com a língua ou com os seus dedos de lâmina. Reside antes na narrativa esfarrapada que sustenta o seu desejo de vingança, narrativa essa que se vai tornando mais esfarrapada ainda pela sua repetição em série, filme após filme. Assim, qualquer nexo de causalidade plausível, ou qualquer cálculo acerca de como ou porquê certos efeitos ocorrerem como ocorrem, perde-se na tempestade enlameada e sangrenta de puros efeitos sem origem e sem fim à vista. Porque o terror ali presente não é o facto de ele voltar, e voltar outra vez e outra vez. Também a Primavera o faz. Está antes na forma como esse regresso insiste numa narrativa explicativa – para aqueles que precisam de uma breve recapitulação, Freddy procura "vingar-se" contra as crianças da cidade cujos

pais, o queimaram e mataram como forma de justiça popular depois de ele ter sido ilibado do assassínio de uma criança devido a um erro técnico no mandado de busca - ao mesmo tempo que destrói essa mesma narrativa. É verdade, eles "contornaram" a lei, mas é também verdade que tu, Freddy, estavas a matar os seus filhos. É de supor que qualquer pesagem moral ou simbólica, no mínimo, equilibrasse a balança. Mas, em vez disso, o efeito-Freddy solta-se da sua causa inicial, e é por essa mesma razão que não é possível pará-lo ou argumentar com ele.)

No caso em questão, o peso ridículo, vingativo, das sentenças faz duas coisas. Em primeiro lugar, assinala os motins como uma coisa para lá das meras decisões individuais (como um acontecimento, como algo que chega), de modo que a pessoa é acusada não à escala do que fez ou roubou, mas à escala de algo que não é nem pode ser um sujeito legal. A pessoa é acusada de ter agido num momento em que a lei não conseguia cumprir a sua função. Como forma de retaliação, a lei transforma-se ela própria numa coisa gigantesca, implacável, injustificável e injustificada.

Em segundo lugar, declara não só aquelas horas de pilhagem mas toda esta era dos motins, como já muitos apelidaram estes anos que vivemos, como algo em que a medida da causalidade se desfez e continuará a desfazer, levando consigo o cálculo da retribuição, a ideia de pagar na mesma moeda. Indica um período em que efeitos geram efeitos, e em que a total incapacidade de fazer face às "causas de fundo" (leia-se: a longa recessão económica a par do crescimento da população) implica que o feudo sangrento entre o estado e a população poderá não ter, e não terá de facto, uma morte natural. Estamos apenas no começo de uma prolongada Saturnália de julgamentos, e os juízes, bem conscientes disto, atacam apenas a coberto da noite.

Muitos de nós estão convencidos, sem retirar disso qualquer alegria, que isto é um índice de uma daquelas estruturas cíclicas em torno das quais a próxima década, senão mais, irá girar. Isto parece particularmente verdade em países que estão habituados a um nível de vida elevado (e que, por isso mesmo, são apanhados ainda mais de surpresa quando este nível começa descer acentuadamente), onde uma boa porção da população continuará a gozar desse conforto, apesar de um agravamento geral da situação, e onde haverá um número crescente de pessoas que nunca pertenceram a essa porção, a quem nunca foi dada a possibilidade de gozar desse conforto. Ou seja, em partes dos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, e na Europa do Sul.

Em suma:

1. Motins sem nenhuma direcção discernível (motins causados em parte pelo policiamento incessante da população, com picos episódicos, como assassinatos e sentenças judiciais, e em parte pelo desemprego generalizado no seio dessas populações);

2. Tentativas de os situar retroactivamente numa sequência causal (que discernirá neles modulações das duas condições acima enunciadas, com os conservadores a dizer "o policiamento era insuficiente, e eles simplesmente não querem trabalhar", os liberais a dizer "haverá policiamento, mas não deve ser feito desta forma, e precisamos de encontrar formas de gerar oportunidades de emprego" e as pessoas com dois dedos de testa a dizer "haverá apenas policiamento deste porque, estruturalmente, o emprego destas populações é impossível");

3. Policiamento cada vez mais severo (basta olhar para os potenciais candidatos a Chefe da Polícia Metropolitana para se tornar clara a vontade de a aproximar da polícia "ao estilo americano", o que sugere que não deve faltar muito para que andem de arma em punho);

4. Sentenças judiciais vingativas que a) demonstram a tal disjunção entre causa e efeito e b) são sintomáticas da incapacidade de traçar qualquer nexo coerente entre policiamento e emprego, e que reforçarão essa mesma incapacidade;

5.Voltar ao início e começar de novo, mas desta vez de forma mais desatinada, mais feroz, mais decomposta, mais cansada, mais esfomeada e mais bruta.

EDIÇÕES ANTIPÁTICAS